

EDITORIAL

in memoriam de Joaquim Cerqueira Gonçalves (06.04.1930 – 22.08.2026)

No trigésimo oitavo número da *Nova Águia*, o destaque maior vai para António Sardinha. Por ocasião dos cem anos da sua morte, o Instituto de Filosofia Luso-Brasileira, em parceria com diversas entidades (nomeadamente, a *Nova Águia* e o MIL: Movimento Internacional Lusófono), promoveu um Colóquio, em Dezembro de 2025, que decorreu Palácio da Independência, em Lisboa, e na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, sobre o integralismo luso-brasileiro. São os textos então apresentados que aqui publicamos, uma dúzia e meia de textos que cobrem as diversas facetas do pensamento e obra de António Sardinha, de alguns dos seus mais destacados contemporâneos, em Portugal e no Brasil, bem como ainda de alguns dos seus mais relevantes discípulos.

Decerto, há alguns aspectos do integralismo lusitano que podem parecer hoje, aos olhos de muitos, bastante datados, mas o que mais substancialmente lhe esteve subjacente permanecerá, a nosso ver, por inteiro actual. Se equacionarmos a evolução das sociedades à luz do conflito e/ou da alternância de forças centrípetas e centrífugas, então o integralismo lusitano foi a força centrípeta que emergiu para responder à fragmentação social, cultural e política que se vivia há um século atrás. Nos nossos dias, em que se vive de novo uma crescente fragmentação social, cultural e política – em Portugal, na Europa e, de forma mais ou menos visível, por todo o mundo –, esta revisitação do que foi o integralismo luso-brasileiro parece-nos, pois, inteiramente pertinente.

Como sempre na *Nova Águia*, destacamos “Outros Vultos” da Cultura Lusófona – neste número: Adolfo Casais Monteiro, Fernando Echevarría, Francisco José Teixeira Bastos, João

de Melo, Manuel Ferreira Patrício, (o macaense) Matias da Luz Soares, (o cabo-verdiano) Paulo Rosa, bem como ainda Sena Freitas, que, tendo nascido nos Açores, veio a falecer no Brasil. Depois, temos cerca de uma dezena de “Outros Voos” e, em “Extravoo”, dois interpelantes ensaios sobre a Portugalidade e a Cultura Portuguesa e Lusófona. Em “Periódicos Eternos”, temos a recensão d’*O Investigador Português em Inglaterra* e, no “Bibliáguio”, a recensão de algumas obras recentes, começando por duas publicadas com a nossa chancela: *Elementos para uma Filosofia da Religião* e *A Filosofia em Questões*. Para além dos vários poemas que aqui publicamos, destacamos ainda, enfim, a celebração dos noventa anos de António Braz Teixeira, nos dias de hoje a maior figura portuguesa viva da Filosofia Lusófona.

*

Na última década, contando já com estes *Elementos para uma Filosofia da Religião*, António Braz Teixeira publicou oito livros, todos eles com a chancela do MIL – recorde-mos os anteriores: *A Escola de São Paulo* (2016); *A Vida Imaginada: textos sobre Teatro e Literatura* (2020); *Interrogação e Discurso: estudos sobre filosofia luso-brasileira e ibérica* (2021); *A saudade na poesia lusófona africana e outros estudos sobre a saudade* (2022); *A reflexão ética luso-brasileira* (2023); *A Filosofia da Saudade* (2024, ed. revista e actualizada); *O sentido das formas: páginas de estética luso-brasileira* (2025). Começamos por salientar esse facto porque ele constitui para o MIL uma imensurável honra: poder publicar a obra do “maior hermeneuta vivo do nosso universo filosófico e cultural, não só português mas, mais amplamente, lusófono” (in *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, 1-15 de Dezembro de 2021, p. 29).

Tendo cunhado o conceito de “razão atlântica” – para, precisamente, sinalizar o *chão comum* do pensamento filosófico luso-brasileiro –, ele próprio esclareceu entretanto “que esse era um conceito, em grande medida, ‘ultrapassado’; e que, hoje, mais do que de uma ‘razão atlântica’ (circunscrita ao espaço luso-brasileiro ou, quanto muito, luso-galaico-brasileiro), se deve falar, cada vez mais, de uma ‘razão lusófona’, senão mesmo de uma ‘filosofia lusófona’, porque aberta a todo o pensamento expresso em língua portuguesa, por muito que esse pensamento mais filosófico ainda não tenha realmente desabrochado em todo o espaço lusófono” (in *António Braz Teixeira: Obra e Pensamento*, coordenação de Celeste Natário, Jorge Cunha e Renato Epifânio, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto/ Bairro dos Livros, 2018, p. 547).

Se os sete livros anteriores assaz isso o comprovam – e permitimo-nos aqui destacar a obra *A saudade na poesia lusófona africana* (2022)

enquanto contributo absolutamente inovador para essa Filosofia Lusófona a haver –, estes *Elementos para uma Filosofia da Religião* conseguem superar esse Horizonte. É uma obra de plena maturidade, que, mais do que pela imensa erudição – bem evidente atendendo aos autores e livros referidos, de todas as geografias e épocas filosóficas –, impressiona pela sereníssima argúcia com que António Braz Teixeira, em diálogo com outros gigantes – nomeadamente, com José Enes e a sua *Fenomenologia da Religião* (MIL, 2024) –, consegue cumprir o seu propósito: “definir com rigor a natureza essencialmente ontológica da Filosofia da Religião e o seu âmbito problemático, procurando, ao mesmo tempo, libertá-la dos compromissos ou da sua parcial confusão ou identificação com outras disciplinas filosóficas ou científicas”. Em suma: eis a obra de referência de Filosofia da Religião que faltava para todos os filósofos lusófonos.

A Direcção da NOVA ÁGUA

DISCURSO DE ATRIBUIÇÃO DO TÍTULO DE DOUTOR *HONORIS CAUSA* A ANTÓNIO BRAZ TEIXEIRA PELA UNIVERSIDADE DOS AÇORES

Susana Mira Leal

É com sincera honra e vincado sentido institucional que nos reunimos hoje aqui para conferir o título de Doutor Honoris Causa na área da Filosofia ao professor António Braz Teixeira, juntando a nossa homenagem à que a Universidade de Lisboa lhe fez, concedendo igual honraria em 2006.

A vossa presença nesta aula magna reforça a dimensão cívica desta cerimónia académica.

Nos termos do regulamento próprio da nossa instituição, ao atribuir o título de doutor honoris causa, a Universidade dos Açores presta pública homenagem a personalidades nacionais ou estrangeiras, que, pelo seu percurso de vida, se tenham distinguido na atividade académica,

científica, política, cultural, cívica ou profissional, contribuindo para o prestígio e o engrandecimento da nossa instituição, de Portugal e/ou da Humanidade.

Pela atribuição do título de Doutor Honoris Causa, a Universidade dos Açores acolhe assim no seu colégio de doutores individualidades de indubitável mérito, exaltando o seu trabalho e percurso de vida.

Ao distinguir e honrar tais personalidades, a nossa instituição procura igualmente incentivar a reflexão e o diálogo sobre questões que importam a todos nós, reafirmando o compromisso coletivo em contribuir para o bem comum e para o avanço social.

O BRASIL NA OBRA DE ANTÓNIO SARDINHA

A. Paulo Dias Oliveira

INTRODUÇÃO

Do que não deve restar dúvidas é que Sardinha até, pelo menos, ao início dos anos vinte do século transato, ou seja, quando publica “O Génio Peninsular”¹, pouco teria tido em conta o outro lado do Atlântico². Devo atestar que, sobre o texto citado a que juntámos dois outros textos da época, já dissemos grande parte do que seria possível assegurar na nossa pesquisa denominada “Hispanismo e Sebastianismo em três textos dos anos vinte de António Sardinha” (1887-1925)³ e, por esse fundamento, não temos intenção de voltar ao assunto aí impresso. No entanto, como será compreensível, vai ser esse o ponto de partida desta investigação. Nessa ordem de ideias, alguns opúsculos ficaram à margem dessa pesquisa, por exemplo, os que constituíram a homenagem ao Brasil publicados no número onze da *Nação Portuguesa* e, com um carácter mais exaustivo, a *Aliança Peninsular*, além de um ou outro escrito esparsos.

TEXTOS ESPARSOS

Começemos pelo texto nomeado “Glória ao Brasil”, publicado a propósito do primeiro centenário da Independência Brasileira (7 de setembro)⁴. O momento é aproveitado para fazer o encómio do universalismo do génio português na produção desse grande país que é o Brasil, impulsionado por dois atores ativos: o catolicismo e a monarquia. Por outro lado, a preponderância da Terra da América do Sul é devedora da potência portuguesa, certamente passada, mas ainda tão presente para o autor alentejano nesse reflexo do lado de lá do *mare nostrum*.

Nessa correnteza, faz o louvor de João III, a quem Oliveira Martins chamou o “rei colonizador”, a despeito da “lenda negra” que o prossegue pela implementação definitiva do Santo Ofício⁵. Na perspetiva do monfortense, a sua divisão constituiu “os fundamentos nacionais do Brasil” presentes no Estado Imperial e que este transmitiu à República. Como seria de esperar, não se olvida o papel dos Jesuítas que “insuflaram uma alma ao corpo delineado pelas preclaras disposições do ‘Piedoso’”, usando para

¹ António Sardinha, “O Génio Peninsular”, *Nação Portuguesa*, 2ª série, nº 4, 1922, pp. 150-158.

² Embora em “A Ordem Nova” (*Nação Portuguesa*, 2ª série, nº 1, 1922, pp. 6-18), ao postular Portugal com o destino glorioso de ser o inaugurador dessa Ordem, na missão renovada de “povo conquistador e descobridor”, não possa deixar de ter em mente o Brasil.

³ A. Paulo Dias Oliveira, “Hispanismo e Sebastianismo em três textos dos anos vinte de António Sardinha (1887-1925)” (in *Revista Contemporâneos*, nº 23). Temos de confessar que, infelizmente, o texto saiu com várias lacunas nas notas de rodapé, por esse motivo, recomendamos a sua consulta em APD Oliveira no site “academia.edu”, pois apenas aí se poderá encontrar uma versão completa.

⁴ Redação, “Glória ao Brasil”, *Nação Portuguesa*, 2ª série, nº 3, 1922, pp. 97-99.

⁵ Embora Sardinha considere que foi “a cerrada higiene étnica dos formidáveis Inquisidores que salvou a Pátria de ser escalada pelos estrangeiros do interior [leia-se judeus e muçulmanos, mas não se deve isentar os Humanistas ligados à renovação do ensino], não nos guardou a tempo da corrosiva labe [sic] nigerista”, António Sardinha, *O Valor da Raça*, Introdução a uma campanha nacional, Lisboa, Almeida, Miranda & Sousa Ed., 1915, p. 114. Veja-se, de modo idêntico, a seguinte passagem: “se os reis católicos não dispusessem dum forte agente repressivo, não duvidemos de que *marranos* e *conversos* marchariam com a unidade nacional, fomentando a desavença contínua e abrindo as portas ao adversário marroquino”, *Idem, Ibidem*, p. 115.

ANTÓNIO SARDINHA: HOMENAGEM DOS SEUS CONTEMPORÂNEOS NA REVISTA *POLÍTICA*

Artur Manso

*P*olítica¹ foi o órgão da Junta Escolar de Lisboa do Integralismo Lusitano, cujo primeiro número tem a data de 15 abril 1929 e a direção é de A. de Mendonça Dias. Desde essa data foram publicados vinte números, o último a 31 março 1931. A partir do nº 11, a publicação foi apoiada pela respetiva Junta do Porto, a que se juntou, no número seguinte, a congénere coimbrã².

O Manifesto de Abertura, que inicia o primeiro número, intitula-se *Fazer Política*, ocupa cinco páginas e sintetiza os objetivos da publicação: “MAIS uma revista que surge, órgão dum núcleo de estudantes que apenas querem bem servir o seu país. Ao meio académico de Lisboa nos destinamos especialmente, a todos os nossos camaradas, – amigos, adversários ou indiferentes, – se dirige a nossa voz” (p. 1).

Estes estudantes propunham-se continuar o ideário do Integralismo Lusitano, assumindo-se como o órgão juvenil do Movimento, conscientes de que a política enquanto arte de bem governar o povo, é a atividade mais nobre a que nos podemos dedicar. Eram tradicionalistas e relevavam Alexandre Herculano no seu ensejo de “tornar as instituições mais harmónicas, mais consequentes com as tradições e índole desta família portuguesa.” (p. 2). Guiados pela ideia de Pátria e impelidos pelo pensamento nacionalista, reproduziam a máxima do Integralismo:

Creio em Portugal, no seu passado e no seu futuro. O seu interesse e a sua honra são a minha lei e a lei superior de todos os indivíduos e instituições portuguesas. (p. 3)

Sendo defensores da monarquia tradicional, enredam-se em ferozes combatentes à monarquia constitucional que a república derrubou:

Não confundir a Monarquia orgânica com o absolutismo real ou o constitucionalismo monárquico [...]. Não é o absolutismo, porque o combatemos ardidamente, na sua forma, na sua origem e nas suas consequências [...]. Nós queremos um Chefe verdadeiro, assistido dos seus conselhos técnicos e consultando a verdadeira e legítima representação nacional: as Cortes Gerais dos Municípios e Corporações”, governo para o povo que inclua a Família como a célula da sociedade e institua uma “organização profissional corporativa, que ponha de lado a ignóbil mentira da luta de classes e reconheça a solidariedade dos vários grupos económicos. (pp. 4-5)

As boas intenções destes jovens abnegados que se mantinham fiéis ao Integralismo Lusitano, não foram capazes de continuar o projeto de recuperar a monarquia como governo legítimo para Portugal, mesmo que tivessem aplicado todas as suas forças nessa “ação admirável, em coerência e dedicação” no sentido de consertar a nova ordem política demandada pelo regime republicano. Eles apenas queriam “Servir a Nação, servir os princípios, servir o Integralismo Lusitano, cuja orientação acatamos plenamente” (cf. pp. 4-5). Estávamos à porta da segunda década da implantação da república e estes jovens queriam reeditar o combate do Integralismo Lusitano, movimento político que existiu entre 1913 e 1933. O rótulo, Integralismo Lusitano é grafado pela primeira vez na revista literária de cultura nacionalista *Alma Portuguesa*, editada na Bélgica onde se encontravam exilados alguns portugueses que tudo tinham feito para derrubar a recém república e restaurar a Monarquia

¹ *Política* – Órgão da Junta Escolar de Lisboa do Integralismo Lusitano, nºs 1 a 20, Lisboa: Sociedade Nacional Editora, 1929-1931.

² Cf. Anastácio, Alda, *Política: Ficha histórica*, Hemeroteca Municipal de Lisboa, 2016. PDF

Com esta pergunta punha o dedo na ferida. A obsessão com a originalidade é uma característica das sociedades modernas, que os autores tradicionalistas frequentemente deploram e atribuem ao desenraizamento do homem nos grandes aglomerados de massas indistintas. Mais uma vez vinha à superfície a feição dominante de cada um dos dois amigos. António Sardinha, o artista por excelência, exprimia-se por meio de

ensaios recheados de prosa opulenta, cuidadoso com a forma, cioso da propriedade das suas ideias, saltava de um assunto a outro, ao sabor das suas inclinações momentâneas. Pequito Rebelo, homem do campo e do laboratório, mais metódico, sempre apostado em descortinar as aplicações da doutrina à vida quotidiana, fundia ideias e métodos de trabalho, indiferente a pruridos de originalidade.

O INTEGRALISMO LUSITANO E A TRADIÇÃO

Joaquim Domingues

O verdadeiro alcance da proclamação da república, a 5 de Outubro de 1910, só se compreende quando enquadrado por dois acontecimentos decisivos: o assassinato do Rei D. Carlos e do Príncipe Luís Filipe, a 1 de Fevereiro de 1908, no Terreiro do Paço, e a formal separação do Estado em relação à Igreja, pela lei de 20 de Abril de 1911, com a repristinação, a 8 de Outubro de 1910, da lei de 3 de Setembro de 1759, que expulsara os jesuítas, e do decreto de 28 de Maio de 1834, que extinguiu todas as ordens regulares. A ruptura levada a cabo após um século de guerra civil, aberta ou larvar, era constitucional, punha termo à relação entre o trono e o altar, que estruturara a vida nacional desde a criação do Reino. O sobressalto foi, por isso, de ordem a despertar o País da anomia espiritual, atonia social e anarquia política, que caracterizou a transição do século, originando movimentos de diferente orientação.

A Renascença Portuguesa, criada no Porto em 1911, reunia intelectuais de todo o País, em geral republicanos, em torno do objectivo, enunciado por Teixeira de Pascoaes, de reconciliar os Portugueses com o seu génio, o espírito lusitano, de molde a fazer renascer e actualizar as qualidades de que tinham dado prova. De feição cultural, apostando na arte, na ciência e na educação, interveio de forma construtiva e criativa, através da revista *A Águia*, da

actividade editorial, da Universidade Popular e, indirectamente, da Faculdade de Letras do Porto. Embora sem feição partidária, alguns membros, como Leonardo Coimbra, empenharam-se na vida política de então, numa linha claramente democratista.

Sócios da Renascença Portuguesa foram Fernando Pessoa e Mário de Sá Carneiro, que em 1915, com Almada Negreiros e outros, lançaram a revista *Orpheu*, marco do modernismo português, pelo modo espectacular como criticaram a vida mental do seu tempo. Homens singulares, quase todos monárquicos, abstiveram-se no entanto de assumir posições políticas, excepto em casos raros, mas significativos, como a ode “À memória do Presidente-Rei, Sidónio Pais” ou “O Interregno. Defesa e justificação da ditadura militar em Portugal”, de Fernando Pessoa. A motivação expressa – a descoberta de Portugal no século XX – passava pelo combate aos valores da modernidade, em busca da tradição essencial, obnubilada pela subserviência a orientações estranhas, mas ínsita na cultura mais autêntica, conforme se revelaria na obra da maturidade de Almada Negreiros e de Fernando Pessoa.

Através da revista a *Nação Portuguesa* se revelou, em Abril de 1914, o Integralismo Lusitano, movimento político, cujas opções tinham sido definidas no ano anterior por um restrito número

PORTUGALIDADE: QUATRO REFLEXÕES SOBRE O DESTINO PORTUGUÊS

Carlos Dias

Este conjunto de textos propõe uma breve reflexão sobre alguns dos momentos chave da identidade portuguesa.

Mais do que episódios históricos, são momentos onde habitam figuras e ideias que representam forças vivas do imaginário nacional: a vontade fundadora de Dom Afonso Henriques, a esperança messiânica associada a Dom Sebastião, a pergunta permanente sobre o que é Portugal e, finalmente, a sensação contemporânea de um tempo estagnado, que parece ter perdido a continuidade com o seu próprio sentido.

Entre história, símbolo e introspecção coletiva, estes textos procuram explorar aquilo a que poderíamos chamar a alma portuguesa: a sua marcante origem, as suas ilusões e a necessidade de reencontro consigo mesma.

DOM AFONSO HENRIQUES, O UNGIDO: O MILAGRE DA CRIAÇÃO DE UMA NAÇÃO

Como uma névoa mortífera, as dúvidas, que se haviam instalado pelo acampamento, sufocavam ânimos e calavam orações.

A única certeza: a batalha seria difícil, sob os esmagadores números do inimigo.

Cinco exércitos mouros coligados firmavam posição, com mais de dez mil homens prometendo a morte bem na ponta de suas lanças.

Por isso, Afonso tentava descansar há já algumas horas, para ter forças e vontade, pois a peleia se adivinhava árdua.

Mas de súbito, acorda estremunhado, perdido no tempo e no espaço.

Fora arrancado do estranho sonho pelo som estridente do sino a gritar no campanário.

Sentou-se na cama, e, enquanto esfregava a cara, lembrou-se do sonho. Não de uma forma vaga,

nem fragmentada, mas de um modo vívido, como se fosse mais real do que a própria barba a roçar-lhe nas mãos.

Não fora um sonho, mas ao invés uma visão.

A visão mítica de um velho, um eremita, que já lhe havia aparecido em sonhos de outrora.

Desta feita, o idoso de barba prateada e olhar incisivo instruiu o jovem Conde a sair sozinho do acampamento.

Num ápice se levantou, e, cingindo o manto ao corpo, e apenas com a espada por companhia, abala acampamento fora.

Logo após alguns centos de passos caminhados, cai sobre o bosque um silêncio insólito, como se o próprio mundo sustivesse a respiração.

É nesse momento que, com um brilho que ilumina a noite, surge resplandescente no céu, bem na sua frente, o maior portento da sua vida.

Uma cruz, refulgente como o Sol, e bela como a Lua, e nela o Nosso Senhor, o Salvador em sacrifício no madeiro sagrado.

Então, uma voz firme mas reconfortante, provinda do Todo Poderoso, o atinge por inteiro como um trovão.

Diz-lhe que seja bravo e forte, pois garantida está a vitória.

Diz-lhe que será rei, não um rei qualquer, mas o Monarca Ungido para fundar o Reino Escolhido.

Diz-lhe que confie, pois esse reino alcançará todo o Mundo, e levará consigo a Fé, a Palavra, e a Cruz.

Afonso, sente uma chama ardente no seu peito, que lhe queima toda a dúvida, todo o medo, toda a angústia, deixando apenas a certeza absoluta da Fé.

Assim, de corpo trémulo, lança-se de joelhos na santa erva, e entrega-se, de corpo e alma, à divina vontade.